



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Deliberações do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão plenária, em 9 de setembro de 2014, sob a presidência da Procuradora-Geral da República, tendo verificado a não existência de impedimentos legais, autorizou a nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral Adjunto António Cluny para o cargo de membro nacional da EUROJUST, nos termos do artigo 3º, nº 4, da Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 20/2014 de abril, e do artigo 139.º do Estatuto do Ministério Público.

O CSMP pronunciou-se na sequência de uma comunicação dos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça reiterando a intenção já expressa de nomear o Procurador-Geral Adjunto António Cluny para o referido cargo e renovando o pedido de autorização ao CSMP para essa nomeação.

A decisão foi tomada por voto secreto e por maioria.

O CSMP deliberou ainda, nos termos do artigo 168.º da Lei de Organização do Sistema Judiciário, a criação da Secção Permanente do CSMP e respetiva composição. Definiu ainda quais as competências a delegar pelo Plenário do CSMP na Secção Permanente do CSMP.

Na sequência do procedimento de seleção do magistrado do Ministério Público coordenador da Comarca de Évora, o CSMP deliberou nomear para o cargo a Procuradora da República Teresa Almeida.

Esta magistrada irá, assim, substituir o Procurador-Geral Adjunto Alcides Manuel Rodrigues que, no passado dia 5 de Setembro, tomou posse como Procurador-Geral Distrital de Évora.

Lisboa, 9 de setembro de 2014

O Gabinete de Imprensa